



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O Trabalho Feminino e a Guerra: como conflitos armados  
modificaram participação feminina no mercado de trabalho em  
Ruanda e na Somália**

**Nayra Thamires Alves Ramos**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais**

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Barros**

**Brasília  
2018**



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Resumo:** Historicamente associadas à tragédias, perseguições e violações de direitos, as guerras são referidas através de um viés negativo. Contudo, elas, na literatura, também podem ser associadas a períodos nos quais a divisão sexual do trabalho é temporariamente quebrada. Nelas, mulheres devem tomar posições culturalmente ‘masculinas’ a fim de garantir a sobrevivência de sua família e comunidade. É nesse momento, também, que elas conhecem, muitas pela primeira vez, o protagonismo político, social e econômico. Tendo este plano de fundo, o artigo trata das mudanças, mesmo que momentânea, na divisão sexual do trabalho no período pós-guerra na Ruanda e Somália. No intuito de argumentar que com os conflitos armados é possível observar uma maior participação econômica feminina, o trabalho debruça-se sobre a literatura e estatísticas que palestram sobre o assunto.

**Palavras-chaves:** guerra; trabalho feminino; divisão sexual do trabalho

**Abstract:** Historically associated with tragedies, persecutions and violations of rights, wars are referred to through a negative bias. However in literature, they can also be associated with periods in which the sexual division of labor is temporarily broken. In them, women must take culturally 'masculine' positions in order to ensure the survival of their family and community. Also, at this moment, they become, sometimes for the first time, political, social and economic protagonists. Based in this discussion, the article deals with changes, even if only momentary, in the sexual division of labor in the postwar period in Rwanda and Somalia. In order to argue that with the armed conflicts it's possible to observe a greater feminine economic participation, the work is focused on the literature and statistics that address the subject.

**Keywords:** war; female labor; sexual division of labor

## 1.0 INTRODUÇÃO

A participação de mulheres em conflitos está ligada, muitas das vezes, à figura de vítima. Dentro das Ciências Sociais, mais específico nas Relações Internacionais, contudo, esse papel modificou-se com os anos. Por mais que o campo de estudos dentro das RIs ainda não tenha atingido seu total potencial, os estudos de sexo/gênero e sobre o protagonismo feminino dentro e no pós-guerra.

Com isso, ao passo que as mulheres estão ganhando seu espaço em várias subáreas das RIs, sua participação na reconstrução e desenvolvimento de seus países no pós-guerra ganhou um tímido destaque dentro das Relações Internacionais.

Pensando nisso, esse estudo tem como objetivo estudar a participação feminina no mercado de trabalho no pós-guerras, e sua importância para a reconstrução econômica dos seus Estados e sociedades. Para isso, serão estudados os cenários pós-conflito ocorridos em Ruanda e na Somália.

Esses países foram selecionados pela abundância de análises na literatura, e pelo papel que as mulheres desempenharam dentro da reconstrução econômica. De um lado, o caso ruandês, um país no qual o número de mulheres dentro da política continua a crescer e já foi considerado o maior do mundo; no outro, o somaliano, um país que, apesar dos anos de ajuda internacional, as mulheres ainda estão submetidas à inúmeras formas de violência, e que ainda vive um momento instável. Cada país tendo um foco entre os setores da economia, o estudo tenta pautar como o trabalho dessas mulheres transgrediu as barreiras de gênero.

Dessa forma, o estudo pauta a importância econômica do trabalho feminino para reconstrução das economias locais, e como os conflitos armados modificaram a dinâmica de trabalho baseada no sexo. Além, como foi feita sua inserção dentro do mercado do trabalho nos contextos de conflito.

Esse trabalho, contudo, não pretende afirmar que com o aumento no número de mulheres no mercado de trabalho, existiu uma resolução dos conflitos de sexo e gênero. Da mesma forma, não argumenta que o aumento da força produtiva feminina, resulta no fim do sistema patriarcal que sustenta a divisão sexual do trabalho.

Como será estudado aqui, as relações de poder que envolvem essas diferenças estão muito atreladas à cultura e os padrões sociais das sociedades. Então, por mais que exista um crescimento considerável no número de mulheres ocupando ‘posições masculinas’ economicamente e politicamente, esse não é um indicativo final que a divisão sexual do trabalho foi superada.

Por mais que um dos aportes diferenciação seja a segmentação clara entre os papéis femininos e masculinos dentro da sociedade, esse não é a única pilastra que suporta essa divisão. Ainda, o alargamento de oportunidades para mulheres não está conectado a um crescimento automático de direitos das mulheres.

A Somália, como foi citado acima, ainda é conhecida pela mutilação de genitálias de meninas e mulheres. Em Ruanda, as mulheres, ainda que sejam mais educadas que os homens, lidam com condições de emprego precárias e discriminatórias não conseguindo, assim, ocuparem postos importantes dentro do mercado formal de trabalho, para além da política.

Tendo esse cenário como plano de fundo, foi feita uma pesquisa qualitativa e quantitativa, através de um apanhado teórico sobre o que foi escrito acerca do assunto e estatísticas da situação de emprego das mulheres nos dois países. Usando artigos, livros e dados quantitativos. que focam na divisão sexual do trabalho, no pós-guerra das regiões, e as relações de gênero dentro dos países em conflitos, foi possível discutir sobre as mudanças na divisão sexual do trabalho dos dois países.

Esse estudo se faz importante pela necessidade de desmitificar o papel de vítima da mulher dentro de situações de guerra e/ou conflitos armados. Para isso, pretende-se mostrar como as mulheres atuaram e atuam dentro do mercado de trabalho; e como, por muitas vezes essas situações precárias, foram uma das portas de entrada das mulheres para postos de trabalho majoritariamente masculino.

Com isso, pretende-se aumentar a conscientização, dentro das Relações Internacionais, acerca o trabalho feminino nas reconstruções de suas sociedades e economias, alertando para o papel crucial dessas mulheres dentro da reformulação de novas sociedades. Além, almeja-se alertar para um lado das guerras/conflitos que não estão, normalmente, conectados: a guerra e o afrouxamento das relações de poder.

Esse trabalho está dividido em duas partes. A primeira, **GÊNERO, SEXO E TRABALHO**, faz uma diferenciação, em uma tentativa de delimitar o cenário deste

estudo- já que a compreensão de gênero e sexo precisa ser reduzida no intuito de limitar o objeto deste estudo -; sendo subdividida, a subseção dessa parte tratará da divisão sexual do trabalho e como a guerra moldou, em outros países, as relações de gênero.

A segunda, **O PÓS-GUERRA E A RECONFIGURAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO DENTRO DO MERCADO DE TRABALHO**, aprofunda-se, através de uma análise bibliográfica, acerca das condições de trabalho para as mulheres em cenários pós-conflitos armados durante a história, e como elas se introduziram no mercado de trabalho, indo contra padrões de gênero estabelecidos. Em sua subseção, será aprofundado o estudo sobre os casos de Ruanda e da Somália, no qual estuda-se as atividades econômicas relacionada ao trabalho feminino.

Finalmente, pretende-se encerrar esse artigo através de uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho e como as guerras podem trazer novas oportunidades à um grupo social que, historicamente, está marginalizado dentro do mercado de trabalho. Esse trabalho, contudo, também tratará das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, como as conformações de gênero presentes no governo e mercado de trabalho.

## **2.0 GÊNERO, SEXO E TRABALHO**

"O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços." (Saffioti, 2013, p.66)

Em Fenomenologia do Espírito, Hegel (1998) coloca-se a explicar sobre a formação da consciência social e individual. Segundo ele, a formação dessas consciências se dá pela relação histórica-material do indivíduo e a sociedade na qual ele está inserido. Analisando as relações entre gênero, sexo e trabalho por essas primas de

pensamento, tem-se que as relações sociais são moldadas pelos conhecimentos históricos e sociais do local. Dessa forma, não existiria conceitos, ou aspectos, 'universais' que pautam a realidade do ser humano.

Entretanto, boa parte da história e estudos acadêmicos, foram baseados em preconceitos e opressões que levavam em conta verdade 'universais'. Assim, por muito tempo não se estudou as relações entre trabalho e sexo, muito menos quais as ligações desses dois com as construções de gênero. Mas, com a chegada de mulheres aos espaços de poder acadêmico, aos poucos foi-se pontuado essas ligações históricas e sociais.

Culturalmente, principalmente nas quais os dogmas judaico-cristão - dos quais muitos dos conceitos e verdades 'universais' foram retirados para regulamentar a realidade material - eram mais presentes, as sociedades ocidentais pontuaram as ocupações 'masculinas' e 'femininas' sem grandes críticas e divergências.

As 'funções naturais' das mulheres e homens eram estagnadas, ao passo que esse estavam a cargo de *trabalhos produtivos*, que envolviam o pensamento, criatividade, senso crítico e presença. Àquelas, o *trabalho reprodutivo* era sua 'vocação natural'; nele estão envolvidos o cuidado, a sentimentalidade, a delicadeza. Ou seja, atuação doméstica e reprodução do pensamento criado por homens.

Mas, como apontaram inúmeras mulheres citadas nesse estudo, as relações de poder que estabelecem essa divisão sexual do trabalho podem, e devem, ser contestadas. Não é 'natural' às mulheres, assim como para os homens, ater-se à padrões 'universais' de comportamento.

Para aprofundar sobre essa discussão, essa seção está subdividida em duas partes: uma na qual diferencia-se sexo de gênero, já que um está relacionado aos aspectos biológicos e a outra aos aspectos sociais, os quais podem levar a um alargamento desnecessário – para essa pesquisa – de sujeitos. No outros, será estudado a divisão sexual do trabalho *per se*. Isto é, como a literatura qualifica essa relação social e quais suas consequências para as mulheres.

## **2.1 DIFERENCIANDO GÊNERO E SEXO**

No mundo eurocêntrico ocidental, historicamente construído em cima de padrões judaico-cristão, foi-se criada uma dicotomia entre os sexos feminino e

masculino. A esses estaria destinado o trabalho produtivo, àquelas o trabalho reprodutivo. Contudo, antes de aprofundar as diferenças sociais que regem o comportamento econômico e político entre os seres, necessita-se fazer um adentro à diferenciação presente neste artigo entre *gênero* e *sexo*, e como esses dois conceitos serão utilizados adiante.

Falar de sexo é também falar de gênero (SAFIOTTI, 2015, p.61), mas os dois encontram-se como relações sociais distintas (CISNE, 2014, p.61). Apoderando-se do conceito francês de *rappot sociaux de sexe* - ou relações sociais de sexo - Mirla Cisne (2014, p.60 - 80) demonstra como a utilização da palavra gênero pode confundir um trabalho, como o proposto aqui, que tem como objetivo estudar o capitalismo por uma ótica feminista.

Segundo a autora, usando a escola francesa feminista, o conceito de gênero pode ser muito flexível e sua utilização não remete à uma noção de estrutura social e econômica hierarquizante entre os sexos. Na verdade, dentro da inovação teórica que a categoria gênero apresenta, ela pode ainda apagar as noções hierárquicas entre os sexos.

Dessa forma, utilizando o conceito trazido por Cinse (2013, p.63), pretende-se analisar as relações sociais de sexo na medida que, esse conceito está ligado às diversas dimensões da dominação masculina. Faz-se desta forma, em uma tentativa de trazer, também, uma “unicidade lógica da organização do social que constitui essa dominação das mulheres pelos homens e a irredutibilidade dessa dominação a outra relação social” (DEVREUX, 2011, p.10 *apud* CISNE, 2014, p.63).

Com isso, dentro desse estudo, a forma de entendimento de gênero passa pela perspectiva de Saffiotti (2015, p.60/61):

“Entendido como imagem que as sociedades constroem do masculino e feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero. A eles correspondem uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecer ao critério de sexo.”

Entende-se que dessa forma, que o trabalho procura uma delimitação teórica acerca do tema. Já que falar de gênero desconsiderando todas as nuances e diversidade que estão atreladas a este conceito seria irresponsável. Passada as explicações, pode-se aprofundar na divisão sexual do trabalho.

## **2.2 HOMENS PROVIDORES E MULHERES CUIDADORAS: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Homens pertencendo à esfera pública, e mulheres à privada é uma construção social ainda muito presente. Segundo Sousa e Guedes (2016, p. 123), essa diferenciação parte da construção, pós Idade Média (Federici, 2017), dos papéis socioeconômicos dos dois sexos. Enquanto os homens eram designados à esfera pública, como provedores da família; as mulheres estavam fadadas à esfera privada, uma vez que a família e o ambiente doméstico eram suas obrigações.

Entretanto, essa associação não foi feita, necessariamente, levando em conta os aspectos biológicos desses dois sexos. Mas, sim, como pontuam Silva e Gitahy (2006, p.1/2), em uma construção social de masculino e feminino, pois, como aponta Beauvoir (1949, p.73) “*a humanidade não é espécie animal, é uma realidade histórica*”. Dessa forma, compreender os papéis de gêneros associados aos sexos, é de fundamental importância.

Para as autoras, essa divisão está construída tendo como plano de fundo uma sociedade embebida por relações de poder sexualizadas. Nesse sentido, reconhecer a forte articulação entre gênero e poder é importante. Assim, a divisão sexual do trabalho estaria dentro dessas relações sociais sexualizadas, a distribuição das atividades ‘masculinas’ e ‘femininas’, estariam inseridas nessas relações.

Tendo em comum essas linha de diferenciação dos sexos através de relações de poder, Carneiro (1994) e Safiotti (1987), contribuem ao debate trazendo a perspectiva de construção identitária através da observação e distinção do outro. Para as autoras, a construção das identidades se dá através das distintas responsabilidades direcionadas para homens e mulheres.



Com isso, “as responsabilidades masculinas e femininas no âmbito familiar têm consequências distintas para um ou para outros sexos no mercado de trabalho” (Silva e Gitahy, 2006, p.26). Uma vez que a identidade masculina está construída em cima do mundo público, os fatores domésticos/familiares não são fatores determinantes para sua participação dentro do mercado de trabalho. O *trabalho produtivo* é parte da sua identidade, então questionar sua função social e importância dentro do mercado de trabalho não é questionada.

No entanto, a identidade feminina, sendo pautada pelo mundo doméstico e privado, e pela primazia da família, condiciona a participação feminina dentro do mercado de trabalho. Da mesma forma que os homens estão atrelados ao *trabalho produtivo*, as mulheres estão alocadas para o *trabalho reprodutivo*. Essa associação, causa, quando elas saem do ambiente doméstico, uma desigualdade de postos que o mercado de trabalho as oferece.

De forma mais clara, Brito e Oliveira (1998, p. 252, *apud* Carloto, 2002, p.), destacam

que a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política,

será marcada por este conjunto de representações do feminino

Por mais que se tenha criado uma ideia que foi apenas com a Primeira Guerra Mundial que as mulheres ‘saíram’ do ambiente doméstico e adentraram no mercado de trabalho, não foi assim para a maior parte das mulheres. Analisando em uma perspectiva racial, Angela Davis (2016) argumenta que as mulheres negras foram renegadas, por muito tempo, o aspecto sexual de sua identidade. Ou seja, na construção da identidade da mulher negra, durante o período escravagista e após lhe eram suprimidos seu caráter feminino pela sua cor.

Segundo a autora, “as mulheres (negras) eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os pro poderiam ser desprovidas de gênero” (Davis, 2016, p.17). Dessa forma, quando o sistema escravista foi banido legalmente, as mulheres negras já participaram ativamente do *trabalho produtivo*, o aspecto reprodutivo dessas mulheres não lhes pertencia, então, o seu trabalho não era *reprodutivo*.

Tendo esse aspecto histórico que diferencia as mulheres brancas das negras, “proporcionalmente, a mulher negra sempre trabalhou mais fora de casa do que suas irmãs brancas” (Davis, 2016, p.17). A partir dessa reflexão, pode-se também acreditar que o mercado de trabalho será diferente para essas duas mulheres.

Partindo, contudo, da realidade dos dois países estudados, faz-se importante destacar que essa diferenciação, por mais que estejam presentes em pequena escala, não se fazem realidade social, por isso, as diferenciações no acesso ao trabalho e formas de trabalho nesses contextos se dão baseadas em outros fatores.

Indubitavelmente, as mudanças no cenário socioeconômico do século XX levaram à uma amplificação do mercado de trabalho para as mulheres. Por mais que o trabalho fora o ambiente doméstico já fosse praxe para parte das mulheres, sua aceitação completa deu-se através de revoluções culturais e a força do movimento feminista. Afinal, quando o sistema que escravizou milhares de mulheres negras teve fim, lhes foi relegado um papel, dentro do mercado de trabalho, ainda doméstico e privado. Suas ocupações passavam, agora, pelo crivo sexual. Assim, os empregos domésticos, que estavam culturalmente associados à figura feminina, lhes foram designados.

Com o afrouxamento das relações entre o mundo produtivo e reprodutivo, a dicotomia privado/público, a qual está associado o trabalho remunerado/não remunerado e a divisão sexual do trabalho, foi reconfigurada. Entretanto,

“as atribuições socialmente definidas para homens e mulheres, no fim das contas, permanecem nas concepções culturais, uma vez que delegam ainda às mulheres as responsabilidades da reprodução social” (Sousa e Guedes, 2016, p.123)

Ainda, segundo Safiotti (2013, p.128), “seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente”. Com isso, por mais a reconfiguração entre as relações existem, a divisão do trabalho ainda estaria baseada nos preceitos sociais que cercam esses dois gêneros.

Citando Hitara (2002), Silva e Gitahy (2006) decorrem de como a globalização e os modelos de trabalhos relacionam-se com o relaxamento dessas divisões. Para autora, a globalização leva à uma interdependência de mercados, não à homogeneização do trabalho; significando que, assim como os “fluxos financeiros desconhecem fronteiras e trabalham no imediatismo, a desigualdade das situações sociais e de trabalho (...) persiste e pode inclusive aumentar” (Sousa e Gitahy, 2006, p.27). Isso significa que o processo de globalização não é homogêneo, podendo acarretar no aprofundamento de diferenças sociais e histórias.

Outro ponto discutido como facilitador para a maior participação feminina no mercado de trabalho foi pautado por Marx. Para ele, o processo de assimilação da força de trabalho feminina pelo capitalismo foi acelerado pela introdução das máquinas no processo de manufaturação. Segundo ele, a força muscular, que faltava à mulher, não era necessária ao adicionar-se a maquinaria. Por muito tempo, a força de trabalho feminina foi vista como concorrente da masculina não por sua aceitação ou valorização,

mas sim pela concepção de inferioridade que estava intrínseca às mulheres, permitia que os capitalistas diminuíssem os seus salários levando à um aumento do desemprego masculino, e aumento de seus lucros. (Carloto, 2002)

A divisão sexual do trabalho passa a se adequar aos padrões de *produtividade* e *reprodução* quando se avalia os diferentes modelos aos quais os dois sexos são expostos no ambiente de trabalho. Para Silva e Gitahy (2006, p.28/29), ao passo que o ‘novo’ modelo de acumulação de capital necessitava de uma organização laboral mais flexível. Com isso, o modelo taylorista/fordista ganhou um concorrente, “o novo trabalhador deveria ser mais qualificado, flexível e envolvido com a produção” (Silvia e Gitahy, 2006, p. 29).

Contudo, ainda segundo as autoras, esse novo modelo não rompe com os princípios fundamentais do fordismo. Entre os princípios, estaria o de separação entre concepção de execução. Dessa forma,

enquanto atividades masculinas passariam a exigir mais responsabilidade, trabalho em grupo e competência técnica; as atividades exercidas majoritariamente por mulheres permaneceriam sendo controladas segundo modelos tayloristas de organização do trabalho e obedecendo a cadência e ritmos por linhas de montagem (Silva e Gitahy, 2006, p.29)

Tem-se, assim, a presença da distinção clara, ainda presente, entre o *trabalho produtivo* e o *reprodutivo*. Sendo de competência feminina reproduzir as ações e ideias, mas não atuar nos processos decisórios e fundamentais de criação. Estes ainda designados apenas para homens. Essa reflexão é suportada por Carloto (2002), para a autora o trabalho feminino, pelas definições de dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família, ainda está associado ao trabalho reprodutor.

Essa mesma dicotomia pode ser observada em períodos de guerra. Mas a sua quebra também. Estudando a Somália e Ruanda, pretende-se entender, materialmente, como se dá a passagem das mulheres do *trabalho reprodutivo* para o *produtivo* no período de guerra e nos pós.

A importância desse estudo está aportada na necessidade de pontuar o impacto das guerras nas vidas femininas. Tirando as mulheres da posição de vítimas e dando enfoque ao seu papel como protagonista econômica e política, esse artigo pretende analisar a mulher como atora das mudanças socioeconômicas dos seus países, não como meras ‘vítimas’ ou ‘danos colaterais’, tal qual são corriqueiramente tratadas. Para isso, o próximo tópico irá discorrer acerca das reconfigurações nos papéis de gênero no trabalho produtivo das duas nações.

### **3.0 O PÓS-GUERRA E A RECONFIGURAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO DENTRO DO TRABALHO PRODUTIVO**

“As mulheres desempenharam um papel de liderança na tentativa de salvar suas famílias por todos os meios disponíveis para elas. Muito mais mulheres são agora as famílias que provêm do que antes, muitas vezes com os homens como seus dependentes. Com o aumento de seu papel econômico, aumentou o papel decisório sobre aspectos da vida familiar, como casamento, divórcio e propriedade.” (Gardner e El Bushra, 2004, p.189)

Guerras são notórias pelas mudanças abruptas que provocam na materialidade das sociedades e comunidades. Não obstante, uma das alterações causadas por conflitos

armados não é foco de estudo, como deveria ser - principalmente das estudiosas de gênero e sexo -, de muitas áreas das Ciências Sociais.

A mudança que elas causam na dinâmica sexual do trabalho é significativa e importante; apesar de necessitar ser observada com cautela, historicamente, foi uma das dinâmicas que mais ajudou no questionamento da divisão sexual do trabalho.

Para Sorensen (1998), perguntar como as guerras afetam a dinâmica de trabalho para as mulheres é recorrente dentro das discussões acerca do cenário pós-guerra. Segundo a autora, com o aumento da importância da mulher dentro da sua família, casa e comunidade, pensar no processo de reconstrução é também pensar no papel que as mulheres desempenharam economicamente.

Contudo, segundo a pesquisadora, é importante considerar os aspectos políticos, mais especificamente, do governo, nos processos de reconstrução econômica. Em suas palavras:

“A reconstrução econômica de um país emergente da guerra é crucial e complexa, e direta ou indiretamente molda os meios de subsistência das mulheres no pós-guerra. Em primeiro lugar, a reconstrução econômica envolve iniciativas do governo para projetar uma nova estrutura política na qual áreas prioritárias para crescimento e desenvolvimento sejam identificadas. No nível concreto, a reconstrução econômica envolve a reabilitação e o desenvolvimento de infraestruturas e instalações de produção e o desenvolvimento de uma base de recursos humanos qualificados para atender às prioridades estabelecidas. Para

promover atividades em áreas específicas, as iniciativas acima são complementadas com insumos de crédito, empréstimos e outros recursos.”. (Sorensen, 1998, p. 18)

A ligação entre o trabalho feminino e as guerras está muito ligada às duas Grandes Guerras, como destaca Milkmen (1987) e Greenwald (1990). Para as autoras, estudando o caso do EUA, a ligação entre guerra e mudança nas dinâmicas da divisão sexual do trabalho são claras.

Greenwald (1990), argumenta que a Primeira Guerra Mundial acelerou os já estabelecidos padrões de mão de obra feminina. Mas, criou, também, um número considerável de novas oportunidades de empregos. Normalmente relegadas a ocupações, fora de casa, ligadas ao cuidado e proteção, com a guerra elas ocuparam novos postos, de postos no governo a indústrias. Por essa mobilização, no pós-guerra, elas receberam reconhecimento do mercado de trabalho pelas suas. Em suas palavras:

“O conflito internacional apressou as mudanças no mercado de trabalho juntamente com a linha, prévia, que pautava as ocupações femininas, ao invés de modificá-la radicalmente. Entre 1910 e 1920, houve um aumento agudo no número de oficiais femininas, operadoras semi-qualificadas na maquinaria de manufatura, estenógrafas e datilógrafas, caixas e contadoras, vendedoras e gerentes de lojas, professoras, operadoras de telefones, operárias, enfermeiras e garçonetes” (Greenwald, 1990, p.13)

Por mais que houvesse essa mudança, as mulheres ainda permaneciam em postos domésticos. Ou seja, elas não deixaram, totalmente, os postos culturalmente designados à mulheres. A divisão sexual do trabalho ainda é presente, mesmo com elas ocupando cargos fora de casa, ainda é sua obrigação cuidar do doméstico. Apenas com a Segunda Guerra Mundial, segundo a autora, houve essa modificação nessa diferenciação. (Greenwald, 1990, p. 13)

Indo a fundo sobre a mobilização ocorrida na Segunda Grande Guerra, Milkmen (1987), argumenta que ela transformou dramaticamente a relação da mulher com o mercado de trabalho. As barreiras do que seria trabalho ‘feminino’ e ‘masculino’ tornaram-se flexíveis e mutáveis. As mulheres estavam integradas, principalmente nos países como Estado Unidos, ao mercado de trabalho em posições historicamente masculinas, mas também ocuparam postos que surgiram por causa dos conflitos armados (Milkmen, 1987, p.49).

Um dos exemplos oferecidos pela pesquisadora para essa flexibilização da divisão sexual do trabalho vem da indústria elétrica. Segundo ela, o elevado número de mulheres presentes neste setor econômico, no caso do EUA, facilitou a incorporação de outras mulheres em novas ocupações ‘masculinas’. (Milkmen, 1987, p.51)

Tendo essas argumentações como plano de fundo, de como as Duas Grandes Guerras, moldaram e flexibilizaram novas dinâmicas de divisão sexual do trabalho. Usando esses dois exemplos maiores, pode-se adentrar nos dois casos específicos: o de Ruanda e da Somália. Nesses dois casos, os conflitos foram localizados, mas moldaram as relações socioeconômicas das sociedades dos dois países, da mesma forma que as guerras estudadas por Milkmen (1987) e Greenwald (1990).

### **3.1 A AGRICULTURA, O TRABALHO INFORMAL E FORMAL: O AUMENTO DE MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO**

Um dos campos destacáveis de ocupação feminina no pós-guerra é a agricultura. Em fato, ela representa a maior expectativa de absorção de mão de obra depois dos conflitos armados. Conquanto, a destruição a estrutura física, assim como, o desgaste ambiental, podem dificultar a reconstrução séria do sistema agrícola como parte ativa da economia. (Date-Bah, 1996 *apud* Sorensen 1998, p.18).



Para as mulheres que tentam ganhar a vida dentro desse mercado, as desvantagens são maiores. Aspectos legais como: herança, escritura da terra, garantia legal à terra, são alguns dos problemas enfrentados por elas. Como consequência, elas têm pouco retorno monetário. (Allen, 1996 *apud* Sorensen, 1998, p.19). O caso de Ruanda, por exemplo, em 1999 uma nova lei de heranças foi aprovada na qual os casais poderiam escolher o seu regime de separação de bens, e que as mulheres conseguiram garantir sua paridade, em relação aos homens, nos direitos de herança (Musahara e Huggins, 2004, p.287). Serve para mostrar que, mesmo quando elas possuem acesso legal às terras, sua falta de *networking* e pouco poder de mobilização, as mulheres ainda têm que alugar ou vender suas terras (Marcus, 1996; Utting, 1994 *apud* Sorensen 1998).

Neste caso, como aponta Sorensen (1998, p.19), a guerra deixou milhares de mulheres viúvas, sendo as chefes de família, sem acesso às terras. As que ainda possuíam acesso a esse meio de produção, começaram redes de associações que tinham como foco ajudar umas às outras na produção agrícola.

De fato, as cooperativas e redes, de associação foram um evento marcante na reconstrução da economia e na entrada das mulheres nos espaços econômicos dominados, culturalmente e historicamente, por homens. Em fato, organizações femininas tomaram, no cenário pós-guerra, um papel importante para o crescimento econômico. Elas preenchem um *gap* deixado pelo governo. Essas redes, além do aspecto econômico, ajudaram, também, na luta das mulheres por direitos iguais, maior participação política e na promoção de justiça (Burnet, 2008; Hudson, 2009)

Não obstante, o cenário de exclusão sistemática feminina não abriu tantas oportunidades e direitos para essa parcela da população. Citando Allen (1996) e Marcus (1996), Sorensen (1998) avalia as opções das mulheres dentro desses cenários que pouco empoderamento social e econômico. Em suas palavras:

“Uma opção disponível para as mulheres nesta situação é oferecer-se como trabalhadores casuais para aqueles que possuem maiores propriedades de terra. Pesquisas recentes sugerem uma tendência alarmante de

expropriação, com muitas mulheres perdendo acesso à terra arável como resultado da morte de seu marido, divórcio ou ocupação de suas terras por outras pessoas, e a mudança para o trabalho agrícola casual se tornou comum.” (Allen, 1996; Marcus, 1996 *apud* Sorensen, 1998 p.19)

Para Musahara e Huggins (2004), o acesso das mulheres à terra é fundamental, para isso garantir o acesso delas é importante. As autoras argumentam que a composição das comissões de terra deve mostra-se tão diversas quanto a sociedades que elas tentam representar. Só assim, segundo as autoras, membros de partes marginalizadas das sociedades, como as mulheres, podem ter acesso a esse meio de produção. Contudo, esse poder de decisão está nas mãos do Estado, por isso a necessidade de empoderar politicamente as mulheres em países que passaram por guerras, algo que pode acabar sendo outra consequência do aumento do protagonismo da mulher em situações de guerra.

O aspecto política é importante de ser observado pois, direta ou indiretamente, a discriminação pode resultar em políticas públicas que constringe o acesso das mulheres a certos meios de produção, como exemplo o aqui citado. Através de uma luta por direitos, em uma sociedade que tentava se reerguer, que as mulheres ruandesas acharam a oportunidade de pautar projetos e políticas que as colocassem como centro e em paridade com os homens.

O papel da agricultura para as mulheres ruandesas foi de extrema importância. Não só em Ruanda, mas em outros países que experienciaram guerras, a agricultura mostra-se, dentro dos serviços informais, como um dos mais importantes na inserção de mulheres no mercado de trabalho (Sorensen, 1998; Musagara e Huggins, 2004).

Outro setor, ainda, da economia está ligado ao afrouxamento da divisão sexual do trabalho. O trabalho informal, marcado pelo pequeno comércio, representa um papel importante, tanto na reconstrução econômica no país, quanto no emprego de mão de obra feminina.

O caso mais marcável nesse aspecto é o somaliano, como apontam Gardner e El Bushra (2004) e Sorensen (1998). Por mais que, como apontam as autoras, para a maioria das mulheres as atividades econômicas dão às mulheres condições mínimas de vida, às vezes o suficiente apenas para alimentar a família uma vez por dia (Gardner e El Bushra, 2004, p. 103). Contudo, observa-se, também, elas representaram uma ruptura nos tradicionais papéis de gênero e sexo de sua cultura.

Segundo Sorensen (1998), o mercado informal mostrou-se um grande receptor do trabalho feminino. Antes marcado pela figura masculina, com a guerra, a mulher começou a ter algumas vantagens sobre eles. Em suas palavras:

“Na Somália, por exemplo, algumas mulheres nômades assumiram o papel tradicional dos homens e começaram a frequentar os mercados, a vender gado e leite e a comprar outros itens essenciais para o consumidor enquanto a guerra ainda grassava no norte da Somália (...). Aproveitando a sua mobilidade, as mulheres também se envolveram no comércio de gado, viajando em pequenos grupos para outras aldeias e acampamentos para comprar ovelhas e cabras para revenda.”  
(Sorensen, 1998, p.19/20)

Por mais que, no começo, suas atividades tenham sido focalizadas e baseadas integralmente na experiência posterior dos homens. As mulheres, com os anos, passaram a aprimorar e aprender novas técnicas. Segundo Warsame (1996) e Jama (1996) *apud* Sorensen (1998), as mulheres somalis expandiram sua gama de interações econômicas e sociais através de novos investimentos e técnicas de comércio. (Sorensen, 1998, p. 21)

No setor privado, como aponta Sorensen (1998) e Gardner e El Bushra (2004), as mulheres não conseguiram exceder tão bem quanto nas outras áreas. Como essa área está ligada, intimamente, à educação e treinamento formal, do qual muitas mulheres eram excluídas, muitas mulheres tiveram dificuldades para adentrar esses espaços.

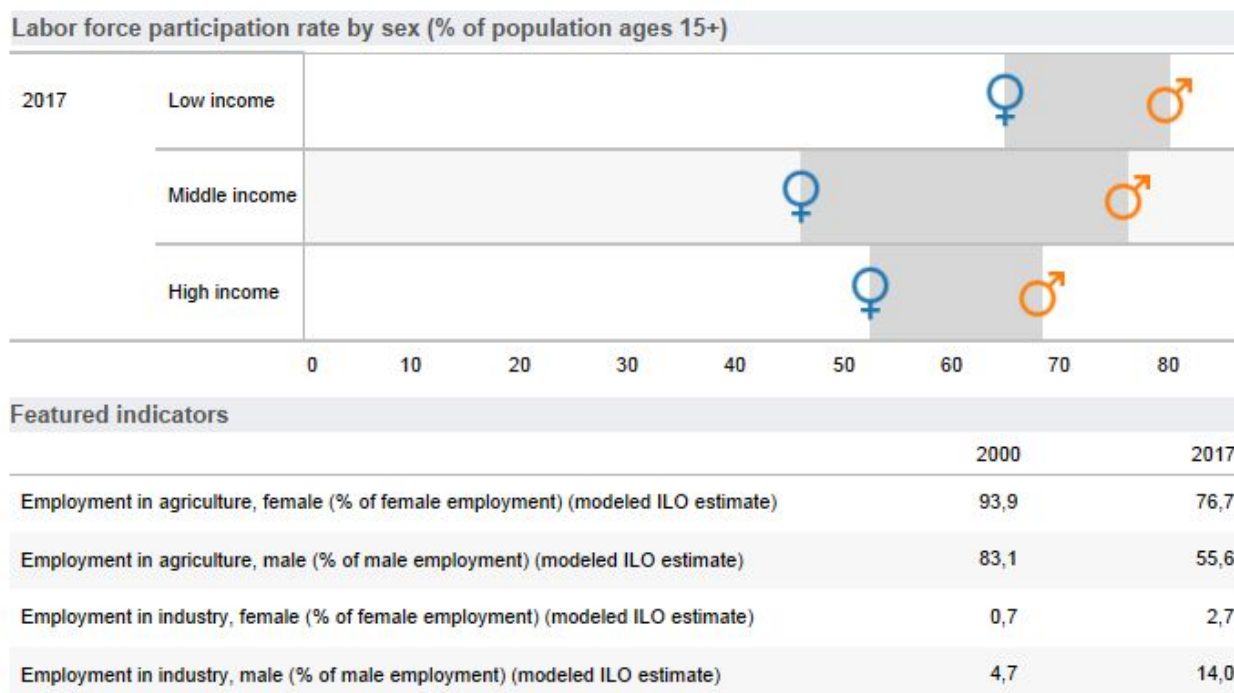
Em alguns casos, as mulheres são incentivadas a tomar lugares histórica e culturalmente ligados à homens, contrariando os papéis de gênero. Ao passo, que em outros países, mulheres, mesmo com o *déficit* no número de homens aptos ao trabalho reduzido, ainda eram desencorajadas a adentrar o mercado de trabalho formal. (Sorensen, 1998)

Estudando os casos de Ruanda e Somália, pode-se confirmar como a constatação feita pela autora continua verdadeira. Um estudo feito pelo *The World Bank*, em 2017, constatou o número de mulheres em cada setor em Ruanda e na Somália. O estudo é atual, mas serve como base material para a tese apontada por Sorensen (1998), e posteriormente por Gardner e El Bushra (2004), que mesmo com mudanças significativas, considerando a realidade dos países e a função da mulher nessas sociedades, o trabalho feminino é ainda menosprezado nos altos escalões da sociedade.

Segundo Gardner e El Bushra (2004, p.104), as mudanças nas relações de gênero, inclusive na divisão sexual do trabalho, ainda dependem de muitos fatores externos. Sua classe econômica, seu clã, onde estão situadas - campo ou cidade -, e qual tipo de atividade econômica elas exercem. As autoras pontuam, também, que a experiência que quebra, momentânea, como defendem Milkmen (1987) e Greenwald (1990), abriu espaços para uma experiência de crescimento de renda e poder econômico.

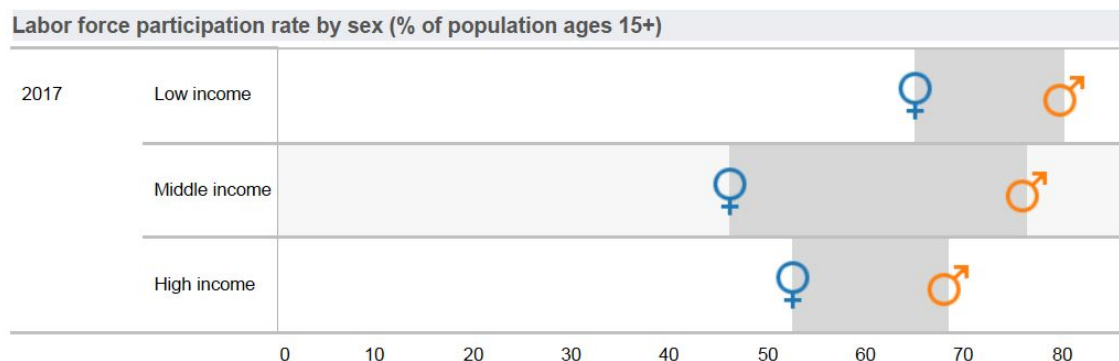
Entretanto, é importante salientar que essas oportunidades não são igualitárias. Da mesma forma que Davis (2016) aponta a diferença entre mulheres negras e brancas em relação ao *trabalho produtivo e reprodutivo*, mulheres, mesmo em países que passaram por situações de guerra, diferentes possuem oportunidades diferentes. As maiores diferenças, segundo Gardner e El Bushra (2004), estão na diferença econômica, educacional, lugar de origem - mulheres de origem urbanas têm mais facilidade em se incorporar ao mercado de trabalho e desafiar a divisão sexual do trabalho-, e sua rede de contatos - se os homens, principalmente, ao seu redor apoiam sua transição ao mercado de trabalho (Gardner e El Bushra, 2004, p. 104).

Os resultados apresentados pelo estudo do *The World Bank*, aponta que essa realidade em Ruanda: a maioria das mulheres ainda estão ligadas aos trabalhos de menor renda - cerca de 70% das mulheres estão empregadas em setores de menor renda -, a taxa de empregabilidade na agricultura para as mulheres, por exemplo é de 76,7%, em 2017. Na indústria, essa mesma taxa, não passa dos 14%. E em serviços, a sua empregabilidade é de 30.03%. Esses dados podem ser conferidos nos gráfico e tabela abaixo, retirados do *site* do *The World Bank*.



Fonte: Gender Data Portal, The World Bank, 2017

No caso da Somália, assim como de Ruanda, as mulheres ainda encontram mais chances de emprego na agricultura, um setor da economia associado, na região à salários baixos e pouca visibilidade sócio-política. A taxa de empregabilidade de mulheres nesse setor é de 91,9%. Ao passo que no setor industrial é de 5,3%. Por último, nos serviços, essa taxa é de 2.8%. Esses dados podem ser visualmente conferidos abaixo.



**Featured indicators**

	2000	2017
Employment in agriculture, female (% of female employment) (modeled ILO estimate)	92,4	91,9
Employment in agriculture, male (% of male employment) (modeled ILO estimate)	85,5	84,8
Employment in industry, female (% of female employment) (modeled ILO estimate)	5,0	5,3
Employment in industry, male (% of male employment) (modeled ILO estimate)	7,7	8,1
Employment in services, female (% of female employment) (modeled ILO estimate)	2,6	2,8
Employment in services, male (% of male employment) (modeled ILO estimate)	6,7	7,1

Fonte: Fonte: Gender Data Portal, The World Bank, 2017

Os dados, por mais que mostram uma realidade longe da desejada, pontuam a necessidade de estabelecer políticas públicas, nos dois países, para mulheres. Quebrar a divisão sexual do trabalho é importante para a valorização feminina e seu trabalho. É, também, uma forma de mostrar que o *trabalho produtivo* é feminino. Elas não devem estar ligadas à reprodução, em pequena escala, da realidade masculina; ou seja, lidando apenas com trabalhos que historicamente estão agrupados para o sexo feminino e o doméstico.

As guerras não trazem a solução para a divisão sexual do trabalho, por muitas vezes, como foi apontado por Sorensen (1998), excluídas do mercado de trabalho formal. Essa dicotomia não deixa de ser uma nuance da divisão sexual do trabalho. Ao passo que homens conseguem os melhores empregos, os mais bem pagos; as mulheres, como inferiores aos homens, não podem, ou devem, ocupar os mesmos cargos - seja por sua hierarquia social de gênero, que os concede mais privilégios em face delas, seja pela facilidade de eles adentrarem esse mercado pelos preconceitos sociais.

#### 4.0 CONCLUSÃO

Mulheres têm diferentes histórias e experiências. Ao passo que, como apontam Milkmen (1987) e Greenwald (1990), nos EUA - e outros países europeus - as guerras trouxeram uma mudança na divisão sexual do trabalho. Por mais que as mulheres ainda sejam associadas ao trabalho familiar e *reprodutivo*, elas passaram por uma transição, na qual a guerra foi um componente extremamente importante, na qual seu trabalho *produtivo* foi retomado.

Da mesma forma que a divisão do trabalho sexual é diferente para mulheres negras e brancas dos EUA, ele também se difere em realidades culturais diferentes. Por mais que não se pode observar uma radical transformação na Somália e em Ruanda, não se deve negar as mudanças nos dois países.

Ainda é observada uma considerável mudança nos papéis de gênero e uma na divisão sexual do trabalho. Ainda sendo, fortemente, associadas à preconceitos e vistas como subalternas dentro de suas sociedades, as mulheres conseguiram moldar uma parte da economia a fim de assegurar sua independência, assim como de sua família.

As mudanças que uma guerra causa dentro de uma sociedade são perversas e devastadoras. Esse trabalho, contudo, pretende mostrar uma outra realidade que é, também, moldada pelos conflitos armados. A rupturas de sexo causadas pelas guerras foram fundamentais, em muitas sociedades, para uma experiência de independência e protagonismo feminino. Com ela, mulheres tornaram-se o ponto focal de suas famílias e comunidades.

Os conflitos que acontecem em Ruanda e na Somália moldaram suas sociedades e suas relações sociais. As mulheres tiveram que lidar com perdas emocionais, que envolvem pessoas amadas, seus maridos, pais, etc., e político-econômica, retratadas por alguma figura masculina - principalmente -, entretanto, elas obtiveram a oportunidade de redescobrir suas potências políticas, econômicas e sociais.

A divisão sexual do trabalho ainda persiste, assim como em quase todas as sociedades ao redor do mundo. Não obstante, ela foi, de certa forma, mesmo que momentaneamente, quebrada. Mulheres tiveram que, durante a guerra, liderar suas comunidades, sustentar suas famílias e posicionaram como chefes. Todas essas atividades, historicamente masculinas, empoderaram as mulheres ruandesas e somalis.

As diferenças, por mais que persistam, foram expostas. No caso de Ruanda, como exemplo, o parlamento tem uma participação feminina que está entre uma das

maiores do mundo. Não se pode afirmar que as guerras foram o único fato para essas mudanças, mas elas mostraram para as mulheres seu poder de liderança e política.

A Somália ainda apresenta um cenário difícil para mulheres. Conhecida mundialmente pela prática de mutilações genitais de mulheres e crianças, o país não experienciou uma ascensão feminina tão notória quanto de Ruanda. Entretanto, as mulheres somalis tomaram - como foi discutido aqui - papéis culturalmente masculinos e excederam neles. Elas fomentaram a economia durante e no pós-guerra, além de criarem associações que tratam de gênero e das dificuldades de ser mulher no país.

As duas sociedades, por mais que tenham diferenças em sua formação, mostram dois exemplos que como as guerras podem moldar a vida da mulher e suas participações econômicas. Ao passo que, em Ruanda, elas obtiveram êxitos em áreas políticas e econômicas através de organizações de mulheres, e conseguiram pautar seus direitos de forma direta. Na Somália, essa luta está em construção; o que não diminui as conquistas das mulheres somalis e suas entradas, ainda que tímida, no mercado de trabalho.

Contudo, ainda existe um longo caminho para as mulheres dessas regiões. Mesmo que a participação política das mulheres ruandesas seja notória, sua participação econômica, como apontam os dados estatísticos, ainda está ligada aos setores primários e de menor renda da economia, não havendo, assim, uma libertação econômica social que dê suporte para a afirmação que não existe mais divisão sexual do trabalho.

No caso somaliano, pode-se fazer a mesma afirmação. Nesse caso, as mulheres ainda têm que lutar em vários aspectos para uma maior participação feminina nos campos sociais de poder. Sua participação econômica é, extremamente, ligada aos setores menos privilegiados da economia. Suas rendas não são fixas, e dependem de inúmeros fatores externos. Politicamente, o cenário ainda é masculino, sendo que poucas pautas femininas chegam ao alto escalão político.



## Referências Bibliográficas

- BURNET, J. E. Gender balance and the meanings of women in governance in post-genocide Rwanda. *African Affairs*. 107. 361-386. 2008.
- CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. *Serviço Social em revista*. Vol.4 - N.2- Jan/Jun, 2002. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2019
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. - São Paulo: Cortez, 2014.
- CHIKWENDU, Eudora. *Women, Cooperatives and Economic Recovery in Nigeria*. *Dialectical Anthropology*. 22, Holanda. P.353-317. 1997
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2016.
- FREDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p.
- GARDNER, Judith e EL BUSHRA, Judy. *Somalia - The Untold Story: The War Through the Eyes of Somali Women*. 1 ed. Dulles: Pluto Books. 2004
- GENDER DATA PORTAL: Rwanda. The World Bank. 2017. Disponível em: <<http://datatopics.worldbank.org/gender/country/rwanda>> Acesso em: 15 mar. 2019.
- GENDER DATA PORTAL Somalia. The World Bank. 2017. Disponível em: <<http://datatopics.worldbank.org/gender/country/somalia>> Acesso em: 15 mar. 2019.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1992
- HUDSON, Heidi. *Peacebuilding Through a Gender Lens and the Challenges of Implementation in Rwanda and Côte d'Ivoire*. *Security Studies*. 287-318. Out/2009.
- MILKMAN, Ruth. *Gender at work: the dynamics of job segregation by sex during World War II Champaign*. Urbana:University of Illinois Press, 1987
- MUSAHARA, Herman e HUGGINS, Chris. *Land reform, land scarcity and post-conflict reconstruction: A case study of Rwanda*. *Eco-conflicts, African Tech Studies, Nairobi*, Vol. 3. Nº 3. p. 269 - 346. 2004
- SAFFIOTI, Heleieth I. B.. *A mulher na sociedade de classes*. 3º ed. São Paulo: Expressão Popular. 528p. 345 p. 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B.. *Gênero, patriarcado e violência*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SOUSA, Luana de Passos; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, Aug. 2016.

SORENSEN, Brigitte Refslund. Women and Post-Conflict Reconstruction: Issues and Sources. WSP Occasional Paper N° 3, UNRISD. Genebra - Suíça. p. 1-48. Jun. /1998